

O CUIDADO COMO LIBERDADE: RELATOS DO PROCESSO DE VIVER DE MORADORES DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS

Renata Prudêncio Machado Morgado¹
Tailine Tátia De Paula Costa Viana¹
Graziela Barbosa Freitas Scoralick²

grazielabf@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

PALAVRAS-CHAVE: enfermagem, desinstitucionalização, cuidado, residências terapêuticas, Paulo Freire, Merleau – Ponty

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica no Brasil aconteceu no ano 2001, com intuito de organizar a rede assistencial em saúde mental e reformulando o modelo hospitalar de manicômio, para uma proposta de serviço baseada na Atenção Psicossocial. Com isso, as pessoas com transtorno mental podem desfrutar de um ambiente mais social, com respeito e dignidade, respeitando suas particularidades, conforme descrito na lei nº 10.216/2001. A Desinstitucionalização foi um processo da reforma, que teve como propósito alcançar pessoas com saúde mental, usuários de crack e outras drogas que tenham histórico de internações de longa permanência, buscando um cuidado integral, reinserção social e familiar, como afirma Sampaio (2021). Em substituição aos hospitais psiquiátricos foram criados os CAPS e os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Este último, são moradias destinadas para pacientes com transtornos mentais que estavam longas internações e estão impossibilitados de retornarem ao convívio da família (Almeida 2016). Através da reforma psiquiátrica o novo modelo da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) foi pensado, regulamentada pela Lei 10.216/2001, norteando um novo modo de assistência à saúde. Nessa nova perspectiva o modelo deixa de ser hospitalocêntrico e se tornando uma assistência integral. Com base nesse processo histórico, essa pesquisa tem como questão norteadora: Como os moradores das RT percebem o cuidado diante do processo de viver, no contexto histórico da desinstitucionalização. Os objetivos elencados são: O objetivo geral: Compreender a partir da fenomenologia da percepção o cuidado e entender qual relação com a liberdade, a partir do fenômeno da desinstitucionalização em saúde mental. Os objetivos específicos são: a) Analisar o cuidado e sua relação com a saúde e qualidade de vida, a partir do fenômeno desinstitucionalização; b) Compreender a relação entre o cuidado e a liberdade, a partir do fenômeno desinstitucionalização. E, se propõem em realizar uma pesquisa de campo, com referencial teórico fenomenológico para entender o processo de cuidado em liberdade experienciado pelos residentes dos SRT, após a desinstitucionalização. Está em fase de aprovação no CEP, que é a fase prévia à coleta de dados.

¹ Acadêmicos do curso de enfermagem do 10º período da Faculdade Vértix Trirriense UNIVÉRTIX.

² Docente na UNIVÉRTIX- Três Rios.

2 METODOLOGIA

Este artigo insere-se no campo das pesquisas sociais em saúde, voltadas à investigação dos fenômenos saúde/doença e sua representação nas instituições políticas de serviços, profissionais e usuários. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual a proximidade entre pesquisador e o pesquisado é fundamental, como afirma Minayo (2006). Os dados serão analisados com base no referencial teórico de Merleau-Ponty, quanto à compreensão do corpo como uma totalidade e a fenomenologia da percepção. Para análise do cuidado como liberdade será considerado o referencial teórico “Cuidado em liberdade”, à luz Paulo Freire. As análises serão apresentadas por categorização definidas a partir dos Blocos mediados nos grupos focais. O estudo seguirá os aspectos éticos das resoluções do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido à CONEP e direcionado ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas de Três Rios, onde tramita para aprovação. A coleta de dados, após a aprovação se dará nos SRT, por meio de grupos focais, e os cenários serão os municípios de Três Rios e Sapucaia, interior do estado do Rio de Janeiro, mediante anuência concedida pelas gestões locais. Os encontros ocorrerão de acordo com a rotina de cada SRT, de forma que não interfira no cotiado. Os pesquisadores convidarão os moradores para participar do grupo focal e a participação será voluntária, após assinatura do Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCLE) pelo participante com ciência dos cuidadores e dos profissionais da equipe multidisciplinar do dia. A análise dos dados se dará por meio de categorização, a saber três categorias, conforme as rodadas temáticas dos grupos focais: Saúde e Qualidade de Vida; Liberdade e Cuidado. Após a coletas dos dados que seguirá o critério metodológico e os de inclusão e exclusão a análise se dará por meio dos referenciais teóricos: Merleau-Ponty, quanto a compreensão do corpo como uma totalidade e a fenomenologia da percepção. Para análise do cuidado como liberdade será considerado o referencial teórico “Cuidado em liberdade”, à luz Paulo Freire. As análises serão apresentadas por categorização definidas a partir dos Blocos mediados nos grupos focais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento atual do contexto da Reforma Psiquiátrica, alguns desafios se fazem ainda presentes. Um desses desafios é o de que incorremos num risco elevado de realizarmos uma reforma que se restrinja a desospitalização como norteadora das práticas e das políticas, enquanto que modificação mais profunda precisa ocorrer para que realmente se estruture um processo de desinstitucionalização destas pessoas. Este processo diz respeito ao formato das ações e ao lugar em que a sociedade e os operadores do cuidado dão para a relação que se estabelece com as pessoas em sofrimento psíquico. É preciso que fiquemos atentos ao constante risco que vivemos de promover uma reforma superficial ou uma pseudodesinstitucionalização, na medida em que mantemos os dispositivos de segregação internalizados, produzindo uma prática pouco atenta às práticas manicomiais que podem estar presentes dentro dos diferentes serviços de saúde. (GUIMARÃES, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Psiquiátrica se fez necessária no Brasil devido à ocorrência de inúmeras atrocidades cometidas nas instituições do país. Mediante esses fatos, os novos modelos de Centro de Apoio Psicossocial foram sendo implantados para o

acolhimento desse público, visando que além dos CAPS, fossem implementados os Serviços de Residências Terapêuticas para os pacientes de longa permanência que não conseguiram êxito no processo de reingresso ao lar ou que pudessem gerir a própria vida. Os cuidados oferecidos norteiam a liberdade e tratamento para sua patologia como qualquer outra doença crônica. Oferecer liberdade, resgate de interesses, autonomia, autocuidado faz parte do processo que deixa de ser hospitalocêntrico, passa a ver o paciente como um ser biopsicossocial. Cuidados que vão além das medicações, buscam o resgate do ser humano que um dia foi encarcerado por ter uma patologia e que hoje sabemos que é tratável livremente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A.; CEZAR, Adieliton Tavares. **As residências terapêuticas e as políticas públicas de saúde mental**. IGT rede. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 105-114/2016 – Disponível em: <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/469> Acesso em: 16 abr. 2024.

CARLINI-COTRIM, B. **Potencialidades Da Técnica Qualitativa Grupo Focal Em Investigações Sobre Abuso De Substâncias**. Rev Saúde Pública. 1996; 30(3): 285-93. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Gn7VGm9Wkj3YhTBKb5DjmDs/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17 jun. 2024.

DADALTE, Aline Cristina; SOARES, Enio José Porfírio; PEDRAO, Luiz Jorge. **A Percepção Dos Moradores Em Relação Aos Serviços Residenciais Terapêuticos: Satisfação, Liberdade E Novo Núcleo Familiar**. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.). Ribeirão Preto, v. 13, n. 4, p. 213-220, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/149461> Acesso em: 18 mai. 2024.

GUIMARAES, A. C.; VERAS, A. B.; CARLI, A. D. de. **Cuidado em Liberdade, um Encontro Entre Paulo Freire e a Reforma Psiquiátrica**. Revista Psicologia e Saúde, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 91–103, 2018. DOI: 10.20435/pssa.V10i1.696. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/696> Acesso em: 26 ago. 2024.

KEMPER, M. L. C. **Desinstitucionalização e saúde mental de privados de liberdade com transtornos mentais: a experiência do Rio de Janeiro, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 12, p. 4569–4577, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XMFMBMPmpymg7dXGkBxT84y/> Acesso em: 18 mai. 2024.

MASSA, P. A.; MOREIRA, M. I. B. **Vivências de cuidado em saúde de moradores de Serviços Residenciais Terapêuticos**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e170950, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7sjKsVhV7m7Y6d9ShQYgyXt/abstract/?lang=pt> Acesso em: 18 mai. 2024.

MINAYO, M, C. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. In: Minayo MC. **O desafio do conhecimento** - Pesquisa Qualitativa em Saúde. 9a ed. São Paulo: Hucitec; 2006. p. 21-88. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/FgpDFKSpjsybVGMj4QK6Ssv/?lang=pt> Acesso em: 18 mai. 2024.

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. **Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, p. e00313145, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/9ZyYcsQnkDzhZdTdHRtQttP/> Acesso em 17 abr. 2024.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas.** Psicol USP. 2006; 17(2): 11-41. 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gCsZ9jM78SQ43SB6twJvytt/> Acesso em: 18 mai. 2024

SILVA, C. R. C; MENDES. R; NAKAMURA, E. **A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa.** Saúde Soc. 2012; 21(1): 32-41. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dz3W8JjSj3xyzwPszmZ3mWK/> Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, P. R. F. ET al. **Desinstitucionalização de pacientes de longa permanência de um hospital psiquiátrico no Rio de Janeiro.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 7, p. 2341–2352, Jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xrZZyYRCDzFZDjPy5QvXd8s/> Acesso em: 16 de abril de 2024.

SILVA; Thais R. L.; MOREIRA; Lauriane dos S. **As recentes reformulações na política de saúde mental no Brasil: direitos violados?** Cadernos Brasileiros de Saúde. [S. l.], v. 15, n. 46, p. 84–107, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/81783> Acesso em: 17 jun. 2024.